

## Atuação política das Forças Armadas e o fenômeno bolsonarista no Brasil (2013-2022)

---

*Rafael Araujo<sup>I</sup>  
Jean Sales<sup>II</sup>*

**Resumo:** O artigo analisa a atuação política das Forças Armadas e suas relações com o bolsonarismo. Parte do pressuposto segundo o qual os militares tiveram papel protagonista no processo de abertura política, mas que sua atuação na política aumentou com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. O artigo finaliza realizando algumas reflexões sobre elementos do atual governo que permitem caracterizá-lo como sendo constituído por fortes traços fascistas.

**Palavras-chaves:** Forças Armadas; Bolsonarismo; Política; Fascismo.

### **Political action of the Armed Forces and the “bolsonarism” phenomenon in Brazil (2013-2022)**

**Abstract:** The article analyzes the political action of the Armed Forces and its relations with Bolsonarism. It starts from the assumption that the military had a leading role in the process of political opening, but that their role in politics increased with the arrival of Jair Bolsonaro to power. The article ends with some reflections on elements of the current government that allow it to be characterized as being constituted by strong fascist traits.

**Keywords:** Military; Bolsonarism; Politics; Fascism.

Artigo recebido em 13/05/2022 e aprovado em 02/06/2022.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

## Considerações iniciais

Em dezembro de 2021, a *Corporación Latinobarómetro* divulgou seu último relatório de acompanhamento dos sistemas políticos latino-americanos. Segundo a entidade, apenas 49% dos entrevistados afirmaram estarem satisfeitos com as democracias da região. Esta pesquisa fortaleceu uma tendência observada desde meados da segunda década do século XXI, ou seja: o desgaste dos sistemas democráticos-representativos da região.

Este episódio teve duas grandes razões: i - o impacto econômico da crise financeira iniciada em 2008, que foi aprofundado na região com o esgotamento do ciclo de alta do preço das *commodities* entre 2007-2013. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a América Latina, entre 2014 e 2020, apresentou uma variação do seu Produto Interno Bruto (PIB) negativa, visto que ela girou em torno de - 7,3%. Isso contribuiu para a elevação da marginalização social, visto que a pobreza saltou de 27,8% para 33,7% do total da nossa população no mesmo período; e ii - a incapacidade das democracias de atenderem ao horizonte de expectativas dos cidadãos, como o acesso a serviços públicos de qualidade nas áreas de habitação, transporte, educação e saúde, por exemplo.<sup>III</sup>

Esses fatores cooperaram para que a região se conectasse ao fenômeno da “crise das democracias” diagnosticado nos Estados Unidos e na Europa por autores como Castells (2018), Levitsky e Ziblatt (2018) e Przeworski (2020). O declive das democracias impulsionou protestos populares<sup>IV</sup>; possibilitou o fortalecimento dos diversos campos das direitas; corroborou para o assentimento de parcelas da sociedade civil a líderes políticos radicais e autoritários, como Jair Bolsonaro (Brasil), Luis Fernando Camacho (Bolívia) ou Jose Antonio Kast (Chile); e reavivou as melancólicas páginas do passado de golpes de Estado, como os ocorridos no Paraguai (2012), Brasil (2016) ou na Bolívia (2019).<sup>V</sup>

A instabilidade política contribuiu para reavivar as práticas golpistas entre as elites latino-americanas, como afirmamos anteriormente. Em alguns países, a solução para as disputas políticas com as esquerdas se deu com a ruptura institucional, como observamos nos casos paraguaio, brasileiro e boliviano. No entanto, diferentemente das experiências transcorridas entre as décadas de 1950 e 1970, as Forças Armadas não lideraram diretamente os golpes de Estado. Elas cancelaram e sustentaram as sedições, o que não as tornam menos relevantes para os infelizes desfechos. Nos três casos citados, as discontinuidades governamentais foram conduzidas, centralmente, pelos poderes legislativo e judiciário, apoiados por segmentos da sociedade civil, grande mídia e frações abonadas da classe média.

O instável contexto político latino-americano nos levou a refletir sobre a história recente brasileira, cuja experiência norteará as análises deste artigo. Esta caracterizou-se, após as jornadas de junho de 2013, pelo recrudescimento da luta de classes, pela intensificação da polarização política, pelo ativismo político dos militares e pela reorganização de grupos da extrema-direita em torno da figura de Jair Bolsonaro.

Concordamos, desta forma, com a avaliação de Goldstein<sup>VI</sup>, que vinculou a ascensão do fenômeno do bolsonarismo aos impactos da crise financeira deflagrada em 2008, a influência das direitas sobre os setores sociais descontentes com o sistema político brasileiro que se mobilizaram durante as jornadas de junho de 2013 e pela publicização dos casos corrupção expostos pela Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014.

As controversas investigações conduzidas pela equipe da Procuradoria Geral da República (PGR), julgadas de maneira duvidosa e parcial pelo juiz Sérgio Moro e magistrados do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região, colaboraram decididamente com a citada instabilidade política brasileira.<sup>VII</sup>

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

O lavajatismo cooperou decididamente com o esfacelamento do sistema político estabelecido em nossa redemocratização. A midiaticização das ações da operação e o direcionamento político das suas investigações cooperaram para a criminalização dos partidos, sobretudo os de esquerda e centro-esquerda, e, de uma maneira geral, da própria atividade política. Como diagnosticado pela *Corporação Latinobarômetro* (2018, Pp. 17 e 37), somente 9% dos brasileiros estavam satisfeitos com o nosso sistema político em pesquisa realizada em 2018. Tais elementos cooperaram para a projeção política de Jair Bolsonaro, que foi identificado por parcelas significativas da sociedade civil enquanto uma liderança anti-sistêmica, apesar de sua biografia política demonstrar o contrário.<sup>VIII</sup>

A contemplação destes temas nos levou à construção deste artigo. Ele avaliará o fenômeno brasileiro do bolsonarismo e as possíveis motivações para o protagonismo das Forças Armadas e de setores da extrema-direita na política brasileira após 2013. Exploraremos, ainda, se é válida ou não a associação do bolsonarismo com o fascismo, em virtude da vulgarização desta conexão em parcelas da sociedade brasileira.

## 1. Os militares e a política após 1979

Antes de examinar os vínculos entre os militares e a política nos anos recentes, é necessário, ainda que brevemente, lembrar do período de nossa abertura política.<sup>IX</sup> As divergências existentes entre parcelas da sociedade civil e os militares geraram mútuas desconfianças a partir das características que marcaram o processo de redemocratização do Brasil, no qual os militares desempenharam um papel de controle. Nesse caminho, parte da sociedade civil crítica, por exemplo, a impunidade dos militares que mataram e torturaram opositores durante o regime militar. Já os militares, continuam com a narrativa da defesa do "esquecimento" do passado como elemento de pacificação nacional. Além disso, alegam que a Lei da Anistia de 1979 absolveu tanto a oposição quanto aos próprios militares, não cabendo assim qualquer tipo de punição às Forças Armadas. Assim, a postura acrítica das instituições militares acerca das suas violentas ações, em especial, contra as frações mais radicalizadas das oposições ao regime de exceção é o elemento mais relevante de animosidade nos debates sobre a transição brasileira para a democracia.

Contribui para isso, ainda, nos dias atuais, a defesa dos violadores dos direitos humanos em nome de um despropositado e anacrônico corporativismo por parte de membros das Forças Armadas. Como exemplo recente, nos referimos ao enaltecimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Apesar do seu vínculo às sessões de tortura e aos casos de abuso de autoridade ocorridas no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército da cidade de São Paulo -, sua figura é elogiada, perante à opinião pública, por militares. As remissões a sua figura são contínuas. Ele já foi chamado por Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, por exemplos, de "herói", "homem de honra" e "respeitador dos direitos humanos".<sup>X</sup>

Esse posicionamento, que deveria ser combatido e não exaltado, desrespeita a memória dos vitimados pela ditadura e suas enlutadas famílias. Outrossim, auxiliam para dificultar a convivência harmoniosa e cooperativa entre militares e civis, tendo em vista pertinentes temas nacionais, como, por exemplo, o combate ao crime organizado, a defesa fronteiriça e as relações internacionais; matérias que deveriam ser tratadas de maneira cooperativa entre ambos os segmentos.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

Outra reflexão relevante refere-se à influência política dos militares após a redemocratização. Uma questão que suscita discussões e deve ser refletida é a seguinte: a tutelagem das Forças Armadas sobre a democracia, que permeia a nossa história republicana, foi desarticulada na Nova República? Os acontecimentos ocorridos entre as jornadas de junho de 2013 e a eleição para a presidência de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, delegam significância a essa análise.

No caso da presença dos militares, é possível afirmar que nunca estiveram completamente submetidos aos pesos e contrapesos da democracia, aparecendo constantemente como uma instituição que paira acima das demais. As características da nossa transição, “falhada”, como demonstrou Teixeira (2021), fizeram com que houvesse uma ascendência dos militares sobre a nossa “inacabada” democracia. Não houve uma completa desconexão da política pelos militares e a restrição da corporação às suas funções profissionais tradicionais, como a defesa das fronteiras estatais. A preeminência militar sobre as instituições estatais, que contornou o nosso republicanismo, manteve-se. Não houve um pleno retorno aos quartéis ou o completo afastamento da caserna da vida política nacional. A sombra castrense sobre as nossas instituições consolidou-se como uma marca indelével.

Como observaram Melo Filho e Zaverucha (2016, p. 114), inúmeros legados autoritários permaneceram em nossa democracia. Estes podem ser diagnosticados na continuidade de “regras, procedimentos, padrões, disposições, relacionamentos e memórias originadas em um passado de bem definidas experiências autoritárias, criadas ou aperfeiçoadas durante o regime militar, por interessar ao governo autoritário e/ou às Forças Armadas como instituição”. Como debatido pelos autores, esses instrumentos sobreviveram ao fim do regime autoritário e estão presentes, de maneira integral ou parcial, em alguns instrumentos legais, como o Código Penal Militar ou a Lei de Segurança Nacional (LSN).

No entanto, em que pese a presença constante das Forças Armadas na política brasileira desde a redemocratização, é certo que a crise política e social aberta após 2013, que culminaria no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, e, principalmente, com o fortalecimento e chegada ao poder do bolsonarismo, a atuação política dos militares atingiu outro patamar na história recente do Brasil.

## 2. Os militares e a política brasileira entre 2013-2021: entre o ativismo e interferência política

Após junho de 2013, o pleito de uma intervenção militar constitucional foi bradada por setores conservadores da sociedade. A demanda fortaleceu-se à medida que aprofundaram-se os efeitos da crise socioeconômica iniciada em 2014 e incrementaram-se as ações lavajatistas.<sup>XI</sup> Mais um elemento simbólico, porém importante na agregação de parte da população nesse processo, foi a mobilização de antigos elementos do "anticomunismo", atualizado com as críticas às novas pautas progressistas. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta:

a brasa dormida do anticomunismo foi atizada para gerar uma campanha antiesquerdista. Os seus alvos são amplos e diversificados (às vezes vagos), como os defensores do meio ambiente, a 'ideologia de gênero' ou o 'politicamente correto', assim como incluem diferentes partidos políticos. No entanto, a recente onda antiesquerdista atingiu especialmente os governos e líderes do Partido dos Trabalhadores, considerados pela direita radical os principais responsáveis pelo fortalecimento das pautas que ela repele (...)<sup>XII</sup>.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

As pressões pela intervenção militar, a exposição da corrupção de agentes públicos e privados pela Lava-Jato e os impactos das crises política e socioeconômica após 2014 afetaram os membros das Forças Armadas. A partir de então, a caserna assumiu um papel mais assertivo no diálogo com líderes políticos, legitimando essa postura nas postulações realizadas por segmentos da sociedade civil ao longo das manifestações de apoio à Lava-Jato após 2014 e naquelas favoráveis ao impedimento de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016.<sup>XIII</sup>

A composição desses múltiplos aspectos fizeram com que o General Eduardo Villas Bôas, que assumiu o comando do Exército em fevereiro de 2015, elaborasse diretrizes que nortearam esta corporação, assim como a Aeronáutica e a Marinha. A instabilidade institucional levou à elaboração de três princípios que nortearam as ações das três Forças. Foram elas: I - manutenção da estabilidade nacional; II - constitucionalidade e III - legitimidade. De acordo com ele, o mais relevante durante a crise política entre 2015 e 2018 era o “domínio da narrativa”. Embora reconhecesse a necessidade de manutenção da independência entre as instituições, ele justificou algumas das suas expressões e dos seus posicionamentos públicos afirmando que determinadas situações exigiam uma enfática postura dos comandantes das Forças Armadas para que a estabilidade democrática fosse mantida.

Um exemplo desse comportamento foram os *tuítes* escritos em 03 de abril de 2018, véspera do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do pedido de *habeas corpus* preventivo solicitado pela defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, que se entregou à Polícia Federal em 07 de abril de 2018. A interferência de Villas Bôas, apoiada pelo Alto Comando do Exército, possuiu um claro tom golpista e foi uma evidente ilustração da participação política dos militares na crise político-institucional vivenciada entre 2014 e 2018. A ação revelou que a penumbra da possibilidade de intervenções militares não foi superada após 1985. Reproduzimos o teor dos tuítes abaixo:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?

Asseguro à nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.<sup>XIV</sup>

Os tuítes não foram uma ação individual, mas, sim, da cúpula do Exército. As articulações para a formulação daquela mensagem, às vésperas da eleição presidencial de 2018, na qual Lula liderava as pesquisas de opinião<sup>XV</sup>, evidenciam que a tutela militar sobre o nosso sistema político persiste, equivocando-se aqueles que defendem o contrário. Essa constatação encontra sustentação nas próprias palavras do general:

O limite a que me referi é que tínhamos a consciência de estarmos realmente tangenciando o limite da responsabilidade institucional do Exército. Repito que não se tratou de ameaça, mas, sim, de um alerta. Tampouco houve menção de alguém individualmente ou de alguma instituição (...) o conteúdo foi discutido minuciosamente por todos nós (...) O texto teve um “rascunho” elaborado pelo meu *staff* e pelos integrantes do Alto-Comando residentes em Brasília. No dia seguinte - dia da expedição-, remetemos para os comandantes militares de área. Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo expediente, até por volta das 20 horas,<sup>XVI</sup> momento que liberei o CComSEx para a expedição<sup>XVI</sup>.

## ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

Independentemente das motivações constitucionais para a sua atitude, a simples existência de pressões por intervenção militar perpetradas por grupos internos das Forças Armadas, como afirmado pelo ex-comandante do exército, certifica que a obscura névoa do golpismo militar não foi definitivamente dissipada em nosso país.

As formulações castrenses acerca da necessidade da sociedade civil, dos partidos e das elites nacionais os “ouvirem” sobre temáticas concernentes à política nacional, cuja narrativa é legitimada pelo suposto interesse à segurança e à defesa nacional, desembocaram naquela ingerência política. Se assim não fosse, militares da reserva e da ativa não cogitariam qualquer tipo de ação, por mais grave que fosse a crise política experienciada em 2018.

Como ocorre em outras democracias mais consolidadas que a nossa, e não estamos defendendo esse tipo de postura, elas somente agiriam se houvesse graves distúrbios populares que ameaçassem, de fato, à ordem interna. E isso não ocorreu entre 2013 e 2018 no Brasil. Houve, sim, manifestações favoráveis e contrárias aos governos em curso e legítimas mobilizações cidadãs pelo atendimento de reivindicações que, infelizmente, a Nova República não oportunizou, como educação de qualidade e universalizada, sistema de saúde eficaz, moradia digna, transporte público eficiente e etc..

Os atos violentos verificados neste período circunscreveram-se a grupos minoritários e ocorreram de forma pontual e isolada. No entanto, eles foram usados para sustentar uma narrativa acerca da existência de uma grave ameaça à segurança e ordem internas. E, assim, foram instrumentalizadas por segmentos autoritários para pleitear a intervenção militar. A tutela militar sobre a política marcou a nossa história republicana e nenhum governo conseguiu, de fato, construir uma salutar hegemonia do poder civil após 1985.<sup>XVII</sup> Esta interpretação auxilia em nossa avaliação sobre a postura assumida por membros das três Forças após o desencadeamento das turbulências políticas em junho de 2013.

O fortalecimento do ativismo político castrense após 2013, os efeitos da operação Lava-Jato, a ação de setores do mercado e da imprensa e a “tempestade perfeita” do governo Dilma Rousseff contribuíram decisivamente para a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência. Não obstante sua carreira política tenha sido construída junto ao *Centrão*; ele conseguiu, habilmente, catalisar o repúdio ao nosso sistema político, sendo, assim, visto por parcela significativa da opinião pública enquanto candidato anti-sistema.

Além disso, sua candidatura utilizou-se largamente das *redes sociais* para criar vínculos com eleitores identificados com as propostas liberais, conservadoras e de combate à criminalidade por ele defendidas. A hábil utilização das redes sociais pelos seus apoiadores também contribuiu para a difusão de diversas *fake News* contra indivíduos e/ou organizações políticas e sociais adversárias. Houve, ainda, ampla utilização pelos apoiadores de Bolsonaro de uma linguagem repleta de símbolos e expressões que foram facilmente apropriados por coletivos que se reconheceram no discurso moralista, carregado de insígnias cristãs, autoritárias, racistas, misóginas e anacronicamente anticomunistas. Ganharam destaque ainda na campanha eleitoral aqueles elementos do anticomunismo já apontados acima.

Como exemplos desses segmentos, citamos membros de igrejas neopentecostais, frações significativas da classe média e dos policiais militares, além, obviamente, de parcela significativa dos componentes das Forças Armadas, que desde o início apoiaram o projeto político bolsonarista, conforme podemos depreender das palavras de Villas Bôas (2020, Pp. 173-176):

Acredito que Bolsonaro era o candidato da preferência dos militares em geral. No primeiro turno, os votos podem ter-se diluído por alguns outros concorrentes. No segundo turno, contudo, prevaleceu o sentimento antipetista (...) ele despertou o entusiasmo entre os militares, por expressar posições de

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

forma inédita, indo ao encontro da ansiedade de muitos (...) o que se verificou foi um firme amadurecimento dos militares da ativa e da reserva, graças ao que os limites que separam o ambiente profissional da esfera política foram estritamente observados. Nenhum militar da reserva pretendeu fazer campanha no interior dos quartéis, tampouco se viu alguém da ativa imiscuir-se em campanhas eleitorais<sup>XVIII</sup>.

O apoio de membros das Forças Armadas a Bolsonaro evidencia as motivações políticas para o *tuíte* que impediu o *Habeas Corpus* de Lula, conforme anteriormente exposto. Este ato claramente favoreceu Bolsonaro, pois o petista liderava as pesquisas de intenção de voto para presidente naquele ano. Em agosto de 2018, por exemplo, antes da sua inabilitação como candidato pela Lei da Ficha Limpa pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula tinha 39% das intenções de voto e venceria Geraldo Alckmin, Marina Silva e o próprio Bolsonaro em um eventual segundo turno, de acordo com as simulações realizadas pelo DataFolha (GIELOW, 2018).

O governo Bolsonaro fortaleceu a presença dos militares na administração federal. Como sublinhou Freixo (2021, P. 23), este processo ocorreu desde o início do mandato e se avolumou à medida que crises institucionais ou de gestão ocorreram. A presença dos castrenses na máquina pública fez com que, até abril de 2022, cerca de 8.000 militares, da ativa ou da reserva, atuassem na administração federal. Em 2017, esse número era de cerca de 3 mil. O executivo tinha, ainda, oito ministros militares em outubro de 2021.

Como exemplo e para efeitos comparativos, citamos a ocupação de funções comissionadas nas maiores faixas de remuneração do governo Bolsonaro. Estes cargos proporcionam gratificações que variam entre R\$ 6 mil e R\$ 16,9 mil. Em janeiro de 2019, 188 militares os ocupavam. Em setembro de 2020, o número ampliou-se para 342, representando cerca de 6,5% desses postos. Para efeitos de contraste, nas administrações de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), o percentual dos militares nessas funções não superou os 2,5%<sup>XIX</sup>.

A presença de egressos das Forças Armadas na administração federal fez com que Neto e Acácio (2020, P. 2) observassem evidências de “militarização da política” em nosso país. Este fenômeno pode ser diagnosticado no relacionamento de Bolsonaro com a caserna com o objetivo de alcançar três metas: 1 - dissuadir o congresso a destituí-lo por meio de um processo de *impeachment*; 2 - ter quadros leais à sua liderança e 3 - beneficiar-se da boa imagem dos militares junto à opinião pública.

Segundo os autores, sete medidas garantiram o acercamento, a saber: (I) visitas a cerimônias ocorridas em unidades militares; (II) nomeação de ministros de origem militar, entre eles o da saúde, como Eduardo Pazzuello, no meio do enfrentamento à pandemia da COVID-19; (III) designação de oficiais para cargos de confiança na administração federal; (IV) contribuição inferior dos membros das Forças Armadas à previdência em comparação com outros setores da sociedade após a reforma previdenciária de 2019; (V) reforma da carreira militar acompanhada da concessão de aumento salarial; (VI) implementação de um dispositivo legal que permite a militares da reserva atuarem no setor público com remuneração de 30% do salário<sup>XX</sup>; e (VII) elevação do orçamento disponibilizado a investimentos do Ministério da Defesa (Neto e Acácio, 2020, P. 9).

A pandemia escancarou tensões institucionais emanadas no primeiro ano de governo Bolsonaro. A sua postura negacionista e anticientífica no combate à COVID-19 e o esgarçamento da relação com o Parlamento e o STF levaram a um cenário de contínuo conflito institucional ao longo do seu mandato, que foi alavancado pela narrativa do mandatário contra membros do legislativo e judiciário e pelas ameaças de golpe de Estado.

## ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

Entre março de 2020 e maio de 2022, diversos atos e motociatas ocorreram com o intuito de legitimar as hostilidades do mandatário em relação aos membros dos outros poderes constitucionais e as suas bravatas golpistas. Em diversas oportunidades, ele ameaçou a nossa democracia com a reivindicação do controverso artigo 142 da Carta Magna<sup>XXI</sup>, que foi desfraldado pelos ativistas favoráveis à intervenção militar naquelas ocasiões.

Os atos antidemocráticos, amplamente apoiados pelo governo Bolsonaro, almejavam constranger as ações realizadas pelo parlamento e pelo judiciário que contrariavam o seu governo. As ameaças golpistas do mandatário, tão bem simbolizadas em discursos nos quais ele evocou a intervenção das Forças Armadas e ou na expressão “meu exército!”, contaram, na maioria das vezes, com o apoio, o tácito silêncio ou evasivas notas públicas dos três ministros da Defesa (MD) do seu mandato, os generais Fernando Azevedo e Silva, Walter Souza Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Tais posturas escancaram o apoio do MD a essas posturas golpistas e nos lembraram as obscuras cenas de imissão política dos militares em nossa história republicana e que, infelizmente, ganharam novos e sombrios contornos durante os anos de 2020 e 2021.

Como exemplo disso, citamos os atos com uma notória pauta golpista ocorridos em 07 de setembro de 2021. Na ocasião, expressivas mobilizações de apoio ao mandatário ocorreram em diversas cidades. Brasília e São Paulo concentraram partes significativas da militância bolsonarista, visto que as atividades destas duas capitais foram centrais para os seus partidários.

As bandeiras políticas dos atos foram difusas e fragmentadas, mas o aspecto antidemocrático, tão bem simbolizado na defesa do *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), foi fundamental. Apoiado por setores do agronegócio e dos empresários ligados ao setor de serviços, evangélicos e frações da classe média, os atos arrastaram as bases políticas da extrema-direita pelas ruas brasileiras. A multiplicidade de pautas políticas postuladas nos atos do sete de setembro destacou-se. A reivindicação do tratamento precoce e do “kit Covid” (hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina) no combate ao vírus Sars-Cov-2; a defesa do modelo patriarcal e tradicional de família; as críticas as pautas identitárias e a “ideologia de gênero”; os pleitos da liberdade de expressão e do voto impresso auditável; e, por fim, a intervenção militar para moderar o conflito entre os poderes estiveram entre as principais consignas bradadas pela turba bolsonarista.<sup>XXII</sup>

Todavia, na essência, o golpismo foi a tônica das mobilizações. As ameaças à ordem democrática foram entoadas pelos militantes bolsonaristas por meio da evocação da desobediência a decisões judiciais, ataques ao sistema eleitoral e na deslegitimação das instituições, em especial o STF. Os ministros da corte, em especial Alexandre de Moraes, foram alvos de violentos ataques desferidos pelo mandatário e as suas bases. Esse diagnóstico pode ser constatado nas próprias palavras do presidente brasileiro a seguir reproduzidas:

(...) ou o chefe desse Poder [Fux] enquadra o seu [ministro] ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos (...) nós todos aqui na Praça dos Três Poderes juramos respeita a nossa Constituição. Quem age fora dela se enquadra ou pede para sair (...) Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões política no nosso Brasil (...) Nós devemos sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou (...) [Quero] dizer aos canalhas que eu nunca serei preso (...) Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair. Não se pode admitir que uma pessoa apenas, um homem apenas turve a nossa liberdade (...) Dizer a esse ministro que ele tem tempo ainda para se redimir. Tem tempo ainda de arquivar seus inquéritos. Sai Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha, deixa de oprimir o povo (...) não é uma pessoa que vai

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

nos dizer que esse processo é seguro e confiável, porque não é (...) não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do TSE (...) não podemos admitir um ministro do TSE também, usando a sua caneta, desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação (...) <sup>XXIII</sup>

As arremetidas às instituições e ao ministro Alexandre de Moraes emularam a catarse coletiva favoráveis à ruptura institucional, promovendo uma sinergia entre o líder da extrema-direita e a sua base militante, que saiu dos atos convicta em relação à possibilidade de iminente golpe de Estado.

O jogo de cena, todavia, não durou mais do que 48 horas. O presidente ficou institucionalmente isolado, ameaçado pela possibilidade de *impeachment* e assombrado pelas investigações contra ele e o seu núcleo familiar, em razão dos inquéritos da Fake News e das “Rachadinhas”, que envolvem os mandatos dos seus filhos parlamentares, Flávio e Carlos Bolsonaro.

O cenário fúnebre para o bolsonarismo fez com que um dos líderes centrais do centrão e um dos mais influentes articuladores políticos da Nova República ressurgisse na cena política. Com o intuito de distensionar o esgarçado ambiente político e institucional, Michel Temer interveio. Ele articulou a “Declaração à Nação” <sup>XXIV</sup>, documento que simbolizou o recuo de Bolsonaro em relação à verborragia golpista.

Apesar do recuo, a apoteose bolsonarista no dia 07 de setembro cumpriu algumas das suas funções. Ao mesmo tempo que “mobilizou as paixões” da sua militância, e aqui utilizamos a conceituação de Robert Paxton (2003) sobre o Fascismo <sup>XXV</sup>, amedrontou a esquerda e boa parte das parcelas democráticas da sociedade civil. Além disso, demonstrou que o bolsonarismo, apesar da crise socioeconômica e sanitária que o Brasil atravessa, ainda tem uma forte capacidade de mobilização da sua militância. A partir desse prisma de análise, acreditamos que as manifestações cumpriram o seu papel, conforme podemos, mais uma vez, aferir nas palavras do presidente no ato de Brasília: “Esse retrato que estamos tendo neste dia não é de mim nem ninguém em cima desse carro de som, esse retrato é de vocês, é um comunicado, um ultimato para todos que estão na praça dos Três Poderes, inclusive eu presidente da República para onde devemos ir” <sup>XXVI</sup>

Devemos analisar os significados dos atos promovidos pelo presidente em sete de setembro de 2021. As mobilizações encerraram mais um ciclo de ameaças golpistas, iniciado em julho daquele ano. Similarmente ao ocorrido em outros momentos do mandato de Bolsonaro, como entre os meses de abril e junho de 2020 ou em março de 2021 <sup>XXVII</sup>, a retórica favorável à ruptura institucional foi utilizada com dois objetivos: 1 - insuflar os ânimos dos seus apoiadores e estreitar os vínculos afetivos e psíquicos entre o líder e as suas bases sociais; 2 – criar uma “cortina de fumaça” que retirasse, ainda que momentaneamente do debate público, a “tempestade perfeita” que assombra o governo, em virtude da combinação de diversas crises (ambiental, econômica, energética, política, moral e social) e 3 – abafar a divulgação de informações sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID, em curso no Senado, e a escalada de mortes decorrentes da pandemia.

Dessa forma, durante alguns dias, não foram a alta inflacionária, o desemprego, o aumento da pobreza, a rejeição ao Bolsonaro (em torno de 53% dos brasileiros achavam o governo ruim ou péssimo segundo pesquisa do DataFolha realizada em setembro de 2021) <sup>XXVIII</sup> e a exígua perspectiva de crescimento econômico que dominaram o debate público. Mas a possibilidade de golpe. E, desta forma, mais uma vez, Bolsonaro conseguiu pautar as discussões políticas e as pautas midiáticas com temas que insuflaram a sua base social e camuflaram a corrupção na compra de vacinas evidenciada pela CPI, a profunda crise socioeconômica e política que acometem o Brasil e a própria eugenia contra os contaminados pelo Sars-Cov-2 ilustradas

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

pelas ações favoráveis ao tratamento precoce com hidroxiclороquina e ivermectina recomendadas pelas operadoras *Prevent Senior* e *Hapvida* a seus profissionais de saúde em consonância com o gabinete paralelo que “cooperou” com o governo federal no combate à pandemia.

Por fim, outro recente exemplo da ação política dos militares em consonância com o bolsonarismo se deu no dia 31 de março de 2022, por ocasião dos 58 anos do golpe civil-militar de 1964. Na Ordem do Dia, assinada pelos comandantes militares e pelo ministro da defesa, é feita a defesa clara e explícita do golpe e da ditadura militar. De acordo com o documento, “o Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época”.<sup>XXIX</sup> Além disso, acrescenta:

Analisar e compreender um fato ocorrido há mais de meio século, com isenção e honestidade de propósito, requer o aprofundamento sobre o que a sociedade vivenciava naquele momento. A história não pode ser reescrita, em mero ato de revisionismo, sem a devida contextualização.

Neste ano, em que celebramos o Bicentenário da Independência, com o lema “Soberania é liberdade!”, somos convidados a recordar feitos e eventos importantes do processo de formação e de emancipação política do Brasil, que levou à afirmação da nossa soberania e à conformação das nossas fronteiras, assim como à posterior adoção do modelo republicano, que consolidou a nacionalidade brasileira.

O século XX foi marcado pelo avanço de ideologias totalitárias que passaram a constituir ameaças à democracia e à liberdade. A população brasileira rechaçou os ideais antidemocráticos da intencional comunista, em 1935, e as forças nazifascistas foram vencidas na Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a relevante participação e o sacrifício de vidas de marinheiros, de soldados e de aviadores brasileiros nos campos de batalha do Atlântico e na Europa.

Ao final da guerra, a bipolarização global, que fez emergir a Guerra Fria, afetou todas as regiões do globo, o que trouxe ao Brasil um cenário de incertezas com grave instabilidade política, econômica e social, comprometendo a paz nacional.

Em março de 1964, as famílias, as igrejas, os empresários, os políticos, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Forças Armadas e a sociedade em geral aliaram-se, reagiram e mobilizaram-se nas ruas, para restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil, por grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo. Tudo isso pode ser comprovado pelos registros dos principais veículos de comunicação do período.

Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a sociedade brasileira conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político, que resultou no restabelecimento da paz no País, no fortalecimento da democracia, na ascensão do Brasil no concerto das nações e na aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita pelo Congresso Nacional.

As instituições também se fortaleceram e as Forças Armadas acompanharam essa evolução, mantendo-se à altura da estatura geopolítica do País e observando, estritamente, o regramento constitucional, na defesa da Nação e no serviço ao seu verdadeiro soberano – o Povo brasileiro.

Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular.

Esse documento reveste-se de importância por pelo menos dois motivos. O primeiro é pelo fato de 2022 ser ano eleitoral, no qual mais uma vez, possivelmente, um militar ocupará a

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

vaga de candidato a vice-presidente. O documento, assim, demonstra, mais uma vez, a politização dos militares, conforme demonstramos neste artigo. Um segundo elemento, mais profundo, diz respeito ao fato de em 2022 se comemorar os 200 anos da independência e o documento relaciona a história defesa da democracia à atuação das Forças Armadas. Dessa forma, uma vez mais, os militares colocam-se como protagonistas políticos, deixando em segundo plano a sociedade civil.

## Considerações Finais

Libidinal na sua ligação com apoiadores e afeito ao confronto, Jair Bolsonaro foi a expressão política antissistêmica derivada da crise de legitimidade do sistema político da Nova República após a eclosão das jornadas de junho de 2013 e a deflagração da operação Lava-Jato, em março de 2014.

Sua atuação cooperou para a reorganização da extrema-direita brasileira, que se atomizou e se fragmentou após o processo de redemocratização ocorrido na década de 1980. Como observou Caldeira (2020, p. 124-128), da transição democrática até o recente fortalecimento das “novas direitas”, a extrema direita brasileira não organizou um projeto político robusto ou mesmo um partido político que expressasse seus valores ideológicos. O fracionamento, as divisões em pequenos grupos e partidos predominaram entre aqueles que se identificavam com os eixos programáticos desse campo, como o anticomunismo, o autoritarismo e o negacionismo da ditadura militar.

Bolsonaro cumpriu, ainda, um outro papel relevante: trouxe os militares novamente ao centro da política nacional. A “transição falhada” da ditadura para a democracia (Teixeira da Silva, 2021) possibilitou aos seus membros permanecerem na arena política após a redemocratização, embora eles não fossem mais os atores centrais da vida política nacional. Com o Bolsonarismo, no entanto, eles reassumiram o protagonismo perdido, como pode ser comprovado na forte presença em cargos da administração federal ou na participação em ministérios, como demonstramos anteriormente. Neste sentido, não surpreende a manutenção da adesão das Forças Armadas ao seu governo, malgrado a sucessão de crises em sua gestão e a criminosa condução do combate à pandemia, como pode ser constatado no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19.

Acreditamos que a atomização das direitas nacionais foi, em parte, superada após 2013. Bolsonaro e os seus aliados civis e, principalmente, militares uniram defensores das pautas programáticas das direitas e construíram um movimento, o bolsonarismo, que deverá permanecer na esfera política brasileira mesmo que ele seja derrotado nas eleições presidenciais de outubro de 2022.

Este rearranjo foi possível pela fascistização de uma parcela significativa das bases sociais identificadas com a direita após 2013. Estas se reconhecem, entre outros diversos elementos, na retórica violenta, possuidora de uma visão unilateral do cristiniano, refratária aos direitos humanos e politicamente antiliberal que Bolsonaro defende.

Como afirmaram Teixeira e Schurster (2022), o nosso tempo presente está marcado pela ressurgência dos fascismos. Em parte, a força dos movimentos fascistas decorre do seu agir político e do seu discurso, que negam a possibilidade de diferença e de pluralidade nas sociedades. O culto à violência, a xenofobia e a retórica contra “inimigos” ocorrem com a negação da diferença e a valorização de símbolos e imagens que negam a alteridade.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

Assim, admitimos que o bolsonarismo constitui-se em um movimento com evidentes traços fascistas em razão dos seguintes aspectos<sup>XXX</sup>:

- I. Há uma gradual tentativa de erosão da democracia e das suas instituições a partir da utilização de fissuras abertas nas estruturas políticas e institucionais. Para isso, é utilizada uma linguagem e um agir político que desconstroem permanentemente a democracia e que estimula sistematicamente o descrédito em relação a toda e qualquer atividade política;
- II. A contínua criação de inimigos internos (bandidos, negros, membros da comunidade LGBTQI+, feministas, esquerdas, comunistas, etc.) que servem enquanto instrumentos difusores dos sentimentos e das paixões mobilizadas da sua militância.
- III. A tentativa de controle da educação escolar e as ameaças de censura aos docentes dos ensinos básico e superior;
- IV. O estímulo ininterrupto ao enfrentamento de uma “crise catastrófica”, seja cultural, econômica, moral, política, social ou pandêmica, que leve à incitação permanente da militância e à fabricação no imaginário do social da necessidade de um líder que guie as massas no enfrentamento de um iminente cataclismo;
- V. A massificação e banalização da brutalidade em todos os aspectos que norteiam a vida cotidiana;
- VI. A presença de um líder carismático possuidor de um afetivo vínculo com as suas bases políticas. Estas são entusiasmadas pelas ameaças perpetradas por conspiradores, sejam nacionais ou internacionais, ou por perigos catastróficos iminentes;
- VII. A permanente referência a conspiradores que ameaçam a ordem social, a família, a propriedade ou a religião. Esta ação torna permanente o medo de perda de uma determinada condição de vida ou de existência. Esse aspecto possibilita a regular excitação da sua militância, que se mobiliza em torno do enfrentamento dos imaginados inimigos, sejam internos ou externos;

Evidentemente, o fenômeno fascista se reveste com as cores e características de seu tempo. E não necessariamente apresenta todas as características apontadas pelos teóricos como elementos constituintes do fascismo (Cf. PAXTON, 2007). Para citar um exemplo que afasta o Bolsonaro do fenômeno clássico fascista, está sua aproximação e valorização, e pouco importa se apenas isso ocorre de forma tática, das intuições religiosas, sobretudo, as neopentecostais. De todo modo, em seus aspectos gerais, o bolsonarismo é fortemente marcado por traços fascistas, a começar pela militarização da política, tema ao qual procuramos nos dedicar neste capítulo.

Na temporalidade histórica vivenciada em nosso país, que é marcada pela rápida difusão de notícias em redes sociais, pelas *Fake News* e pela intensa polarização política, temos a impressão que se vulgarizou o debate acerca dos fascismos, dos seus significados e singularidades. Por isso, buscamos refletir brevemente sobre o tema para caracterizarmos o bolsonarismo, tendo em vista a relevância deste fenômeno para a história do tempo presente brasileira.

## Referências

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

ARAUJO, Rafael. *Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-27, maio-ago. 2021. e-ISSN: 1980-864X.

*Bolsonaro Ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência*. Folha de São Paulo, 08 de setembro de 2021, P. A10.

BOLSONARO, Jair Messias. *Declaração à Nação*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021> Acesso: 25/09/2021.

BRAGON, Ranier e MATTOSO, Camila. *Presença de militares da ativa no governo federal cresce 33% sob Bolsonaro e mais que dobra em 20 anos*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/presenca-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-crece-33-sob-bolsonaro-e-mais-que-dobra-em-20-anos.shtml> Acesso: 19 de julho de 2020.

CALDEIRA, Odilon. *Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil*. Conhecer: debate entre o público e o privado. V. 10, nº 24, p. 120-139, 2020.1.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_, *General Villas Bôas – conversa com o comandante*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2021.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis – revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012. P. 93-134.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico*. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-19/367-a-instituicao-militar-no-brasil/file> Acesso: 17 de fevereiro de 2020.

COELHO, André Luiz e MENDES, Mateus. *A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff*. Sul Global, V. 1, nº 1, 2020. PP. 212-232.

*Conheça a trajetória de Jair Messias Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente> Acesso: 26 de abril de 2022.

DANTAS, Alexis T. e LEMOS, Maria Teresa Toríbio B (orgs). *América Latina em tempos de pandemia*. Rio de Janeiro, Estudos Americanos, 2020.

DUARTE, Leticia. *Vaza Jato - Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2020.

*Desemprego recua para 13,7% e atinge 14,1 milhões de pessoas no tri até julho*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31732-desemprego-recua-para-13-7-e-atinge-14-1-milhoes-de-pessoas-no-tri-ate-julho> acesso: 30 de setembro de 2021.

FREIXO, Adriano de. *Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo*. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2021.

GIELOW, Igor. *Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera*. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml> Acesso: 15 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_, *Rejeição a Bolsonaro segue em alta e é recorde após 7/9, diz DataFolha*. Folha de São Paulo, 17 de Setembro de 2021. A4.

GOLDSTEIN, Ariel. *A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional*. IN: BOHOSLAVSKY, Ernesto, MOTTA, Rodrigo Patto Sá e BOISARD, Stéphane. *Pensar as Direitas na América Latina*. São Paulo, Alameda, 2019.

*Informe Latino Barometro*, 2018. Disponível em: [https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME\\_2018\\_LATINOBAROMETRO.pdf](https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf) acesso: 10 de dezembro de 2018.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

- MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2021.
- MELLO, Bernardo e NIKLAS, Jan. *Na última década, 64% dos generais do Alto Comando do Exército foram nomeados para cargos políticos*. O Globo, 24 de outubro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/na-ultima-decada-64-dos-generais-do-alto-comando-do-exercito-foram-nomeados-para-cargos-politicos-25249287> Acesso: 24 de outubro de 2021.
- MENEZES, Maiá, MELLO, Bernardo e COUTO, Marlen. *Bolsonaro dobra presença de militares em cargos estratégicos no governo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-dobra-presenca-de-militares-em-cargos-estrategicos-no-governo-24903138> Acesso: 28 de fevereiro de 2021.
- MOTTA, R. P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, M. 1964. História do Regime militar brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014.
- \_\_\_\_\_, *Recordar é viver: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, Nov. 2015.
- NETO, Octavio Amorim e ACÁCIO, Igor. *De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro*. Journal of Democracy. Volume 9, Número 2, Novembro de 2020. Pp. 1-29.
- NEUMAN, Franz. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
- NOZAKI, Wilson. *A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?* Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf> Acesso: 20 de outubro de 2021.
- PAULA, Carolina de, FERES JUNIOR, João, WARDE JUNIOR, Walfrido Jorge e VALIM, Rafael. *Bolsonarismo no Brasil – Pesquisa Qualitativa Nacional, Junho de 2021*. Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) e Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMPEP). Disponível em: <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Pesquisa-Bolsonarismo-no-Brasil.pdf> Acesso: 23 de agosto de 2021.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 335-361.
- PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. *Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*. Revista Varia História, Belo Horizonte, Vol. 31, Nº 57, p. 863-902, Set/Dez 2015.
- PEREIRA, Matheus Henrique de Faria e SILVA, Daniel Pinha. *Sergio Moro negacionista? Operação Lava Jato, transparência atualista e negação da política*. Revista Brasileira de História. São Paulo, volume 42, número 87, 2021.
- RIBEIRO, Marcio Moretto e ORTELLADO, Pablo. *Manifestação em apoio ao Presidente Bolsonaro. Av. Paulista, 07 de setembro de 2021*. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2021/09/08/manifestacao-em-apoio-ao-presidente-bolsonaro-07-09-21/> Acesso: 10 de setembro de 2021.
- ROSENFELD, Denis. *A Escolha: Como um Presidente Conseguiu Superar Grave Crise e Apresentar uma Agenda Para o Brasil*. Entrevistas com Michel Temer. São Paulo, Editora Noeses, 2020.
- SALES, J. R. *Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2020.
- SCHURSTER, Karl e GHERMAN, Michel. *Como lidar com os fascismos hoje?* Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 03-15, jan/jun. 2020.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos e SCHURSTER, Karl. *Os passageiros da tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente*. Recife, CEPE Editora, 2022.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Máscara, máscaras: pandemia e homossexualidade na novilingua do bolsonarismo*. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 16-34, jan/jun. 2020.
- \_\_\_\_\_, *Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto*. IN: MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2021.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

VILLAS BÔAS, Eduardo. *Bolsonaro não é volta dos militares, mas há risco de politização dos quartéis*. Entrevista realizada por Igor Gielow. Folha de São Paulo, 11 de novembro de 2018. P. A8.

\_\_\_\_\_, *Fomos colocados à prova e passamos. Não vejo nenhum risco à democracia*. Entrevista a Thomas Traumann. O Globo, 15 de dezembro de 2019. P. 12.

WASSERMAN, Claudia. *OUTUBRO REBELDE: eleições e protestos na América Latina*. Revista Eletrônica da ANPHLAC. Volume 20, Número 28: Jan./Jul., 2020. P. 402-419.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres. Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Editora Ática, 1994.

---

<sup>I</sup> Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGH)/UERJ e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Procientista/UERJ. Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Fontes da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ e ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da UFS.

<sup>II</sup> Professor Associado da UFRRJ, campus de Nova Iguaçu, e membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em História na mesma instituição.

<sup>III</sup> **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2021)**. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47669/5/S2100698\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47669/5/S2100698_es.pdf) Acesso: 05 de fevereiro de 2022.

<sup>IV</sup> Ver Wasserman (2020) e Colombo (2021)

<sup>V</sup> Sobre os golpes de Estado ocorridos após 2012, ver: Coelho e Monteiro (2017), Silva (2018) e Araujo (2021).

<sup>VI</sup> 2019, P. 17-20

<sup>VII</sup> Os diálogos do ex-juiz Sérgio Moro e os procuradores da Força-Tarefa, em especial Delton Dallagnol, expostos pela *Operação Spoofing* e pelo site jornalístico *The Intercept Brasil* expuseram a ilegal articulação entre Moro e os procuradores da PGR, em especial Dallagnol, em diversas fases da operação Lava Jato. O acervo completo com chats privados da Lava Jato e Sérgio Moro está disponível em <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/> Acesso: 13/10/2021

<sup>VIII</sup> Segundo informações do sítio eletrônico da presidência da república, Jair Bolsonaro foi eleito em outubro de 2018 presidente da República com 55,13% do votos, Sua carreira política começou em 1988, quando foi eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro. Em 1990, conquistou o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Seus mandatos parlamentares pautaram-se pela defesa dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas; pela reivindicação da redução da maioria penal; do direito à legítima defesa e à posse de arma de fogo para cidadãos sem antecedentes criminais e pela evocação de valores cristãos e da família identificados com uma conservadora e unilateral interpretação da bíblia. Sua carreira política foi vinculada aos seguintes partidos da centro-direita: PDC, 1989-1993; PP, 1993; PPR, 1993-1995; PPB, 1995-2003; PTB, 2003-2005; PFL, 2005; PP, 2005-2016; PSC, 2016-2018; PSL, 2018-2020; PL, seu atual partido. Ver: *Conheça a trajetória de Jair Messias Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente> Acesso: 26 de abril de 2022.

<sup>IX</sup> Realizamos um debate mais aprofundado sobre a atuação política dos militares no período da redemocratização no capítulo **Forças Armadas e participação política entre a redemocratização e o fenômeno do Bolsonarismo (1985-2021)**, que encontra-se no prelo. Este capítulo integra coletânea de artigos sobre as direitas brasileiras organizada por Karl Schurster e Francisco Carlos Teixeira. A obra será publicada em 2022 pela Editora da Universidade de Pernambuco (EDUPE).

<sup>X</sup> *Em despedida, general elogia Ustra e promete apoio a Bolsonaro*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/em-despedida-general-mourao-chama-coronel-ustra-de-heroi.shtml> Acesso: 01 de março de 2018 e *Bolsonaro volta a chamar Ustra de 'herói nacional' e recebe viúva no Planalto*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-volta-a-chamar-ustra-de-heroi-nacional-e-recebe-viuv-no-planalto.shtml> Acesso: 09 de agosto de 2019.

<sup>XI</sup> Sobre a guinada autoritária no Brasil após junho de 2013, ver: Meinerz (2016), Goldstein (2019), Motta (2019), Santos e Petillo (2020) e Teixeira da Silva (2021).

<sup>XII</sup> MOTTA, 2021, p. 20

<sup>XIII</sup> Ver: Martins Filho et al (2021).

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

<sup>xiv</sup> *Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade.* Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml?origin=folha> Acesso: 07 de abril de 2018.

<sup>xv</sup> Ver: GIELOW, Igor. *Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera.* Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml> Acesso: 15 de agosto de 2021.

<sup>xvi</sup> Villas Bôas, 2020, Pp. 188-189

<sup>xvii</sup> Há uma vasta produção historiográfica e do campo das Ciências Humanas que analisa a atuação política dos militares em nossa república. Sobre o tema, consultar: Zaverucha (1994), Castro (1995), Coelho (1985), Chirio (2012), Carvalho (2021), Martins Filho (2021).

<sup>xviii</sup> Villas Bôas, 2020, Pp. 173-176

<sup>xix</sup> BRAGON E MATTOSO, 2020; MENEZES, MELLO E COUTO, 2021

<sup>xx</sup> Em abril de 2021, o Ministério da Economia divulgou uma portaria que permitiu aos militares inativos que ocupam cargo comissionado ou eletivo a ultrapassagem do teto remuneratório da administração federal, de R\$ 39 mil. Ver: Mello e Niklas (2021)

<sup>xxi</sup> De acordo com a Constituição, os militares podem atuar, se requisitados por um dos poderes constitucionais, para manter a lei e a ordem internas. Este amparo legal perpetua a possibilidade de atuação política dos militares herdada das Cartas Magnas de 1891, 1934, 1946 e 1967. O artigo 142 conserva essa possibilidade, pois a definição de um cenário que represente, de fato, ameaças à ordem é carregado de subjetividade. O dispositivo legal autoriza a intervenção das Forças Armadas por meio de uma solicitação perpetrada por um dos três poderes relacionadas à preservação da lei e da ordem interna.

<sup>xxii</sup> Ribeiro e Ortellado (2021) realizaram uma pesquisa na Avenida Paulista no 07 de setembro e diagnosticaram as motivações para a adesão àquela manifestação. Um mapeamento original e pioneiro sobre o bolsonarismo foi realizado pelos pesquisadores Carolina de Paula, João Feres Jr., Walfrido Jorge Warde Jr. e Rafael Valim do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da UERJ. Neste trabalho, eles mapearam as motivações, os valores e as crenças que mobilizam os apoiadores de Bolsonaro e diagnosticam as razões para a permanência de uma base consistente de apoiadores, mesmo após os descabros cometidos na condução das políticas públicas durante a pandemia.

<sup>xxiii</sup> *Bolsonaro Ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência.* Folha de São Paulo, 08 de setembro de 2022, P. A10.

<sup>xxiv</sup> A versão completa da Declaração à Nação pode ser acessada no seguinte link: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021> Acesso: 25/09/2021.

<sup>xxv</sup> Robert Paxton elaborou uma definição de fascismo que nos apropriamos para a compreensão do bolsonarismo, pois acreditamos na sua pertinência para a abordagem do tema. Além de ter demonstrado que o confronto e a acomodação fazem parte da anatomia fascista, o autor destacou que as ações desses movimentos decorreram, muitas vezes, de ideias que se relacionam mais ao “domínio dos sentimentos viscerais que ao das proposições racionais”. Segundo o autor, os fascismos devem ser pensados a partir das “paixões mobilizadas”. A mobilização dos sentimentos, neste sentido, é fundamental para a sua construção ideológica, para o seu discurso e agir político. Estas independem de marchas espetaculares ou da chegada aos governos nacionais dos seus líderes. Embora a ideologia e os “inimigos” dos movimentos fascistas sejam mutáveis, os sentimentos que mobilizam sua militância, entre outros aspectos, decorrem de alguns dos seguintes elementos: 1 – senso de crise catastrófica e alcance de soluções tradicionais; 2 – primazia do grupo e subordinação dos indivíduos; 3 – a crença de que o próprio grupo é vítima. Tal sentimento justifica ações contra os seus inimigos, sejam eles internos ou externos, sem nenhum limite moral ou jurídico; 4 – o pavor de decadência do grupo sob a influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe ou da influência estrangeira; 5 – a necessidade de integração a uma comunidade mais pura seja pelo consentimento ou pela violência; 6 – a presença de um chefe natural, sempre masculino, que é identificado enquanto o comandante capaz de realizar o destino histórico do grupo; e 7 – o direito do povo eleito de dominar os demais, sem restrições provenientes de qualquer tipo de lei humana ou divina, sendo os critérios darwinistas legitimadores desta ascendência (PAXTON, 2007, P. 360).

<sup>xxvi</sup> *Bolsonaro Ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência.* Folha de São Paulo, 08 de setembro de 2022, P. A10.

# ATUAÇÃO POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS E O FENÔMENO BOLSONARISTA NO BRASIL (2013-2022)

RAFAEL ARAUJO  
JEAN SALES

---

<sup>xxvii</sup> Referimo-nos aos meses iniciais da pandemia da COVID-19 e à demissão do General Fernando Azevedo e Silva do posto de Ministro da Defesa, ocasião na qual ocorreu a renúncia conjunta dos comandantes da Aeronáutica, Exército e Marinha e na maior crise militar vivenciada no país desde 1977, ocasião na qual Sylvio Frota foi demitido do cargo de Ministro do Exército pelo então presidente Ernesto Geisel.

<sup>xxviii</sup> Ver: Gielow (2021)

<sup>xxix</sup> ORDEM DO DIA alusiva ao dia 31 de março. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-dia-31-de-marco-1>. Acesso em 20/04/2022.

<sup>xxx</sup> A elaboração a seguir foi formulada a partir das leituras dos trabalhos de Neuman (1969), Paxton (2007), Schurster e Gherman (2020) e Teixeira da Silva (2020).